

**MENSAGEM DO PAPA PAULO VI**  
**PARA O 12º DIA MUNDIAL**  
**DAS COMUNICAÇÕES SOCIAIS 1978**

**«O receptor da comunicação social: expectativas, direitos e deveres»**

*Veneráveis irmãos e filhos caríssimos!*

O Dia anual das Comunicações Sociais, dedicado como sabeis — a uma reflexão específica sobre a função e o uso dos meios que servem exatamente para as comunicações sociais, é um marco importante para o povo de Deus, meios que os padres do Concílio Vaticano II não duvidaram em chamar de “admiráveis”. Quem pode, na verdade, mensurar a influência que estes meios modernos podem exercer sobre a opinião pública, orientando seus valores e condicionando suas escolhas, graças à sua difusão capilar, a técnicas cada dia mais aperfeiçoadas, aos tempos de uso sempre mais prolongados?

Não pode, portanto, causar espanto o fato de a Igreja acompanhar com interesse os progressos de um fenômeno cultural de tão grande monta, e de não se cansar de chamar, com materna solicitude, quem é protagonista ou participante, à consciência das próprias responsabilidades. Movidos por esta mesma ânsia pastoral, escolhemos como tema para a mensagem de hoje o exame das expectativas, dos direitos e dos deveres do assim chamado “receptor”, isto é, do destinatário da comunicação social, para quem olhamos sob um ângulo específico: o do personalismo cristão, que sabe descobrir em toda criatura humana uma imagem viva de Deus (cf. *Gn* 1,26). A primeira expectativa dos “receptores”, que merece ser destacada e valorizada, é a aspiração ao diálogo (Papa Paulo VI, *Ecclesiam suam*). O espaço que os jornais e as emissoras de rádio e televisão reservam para a correspondência com os próprios leitores, ouvintes, espectadores, responde só parcialmente a este desejo legítimo, porque se trata sempre de casos isolados, enquanto todos os “receptores” sentem a necessidade de poder expressar, de alguma forma, a própria opinião e oferecer uma contribuição de idéias e de propostas pessoais. Ora, garantir esse diálogo, favorecê-lo e encaminhá-lo para os problemas de maior importância, significa para os “comunicadores” estabelecer um contínuo e estimulante contato com a sociedade, e levar os mesmos “receptores” a um nível de correspondência ativa.

A segunda exigência é a da verdade: trata-se de um direito fundamental da pessoa, radicado na mesma natureza humana e estreitamente ligado à instância de participação, que a evolução moderna tende a garantir a cada membro da sociedade. Esta aspiração diz respeito diretamente, também, aos meios de informação, dos quais os destinatários têm o direito de esperar oportunidade, honestidade, preocupação com a objetividade, respeito à hierarquia de valores e, quando se trata de espetáculos, a proposta de uma imagem verdadeira do homem como indivíduo ou como parte de um determinado contexto social.

Também não se pode subestimar a aspiração do homem moderno à distração e ao repouso para a recuperação das forças e o equilíbrio psíquico, posto à prova pelas condições enervantes que a vida e o trabalho de hoje impõem: também este é um desejo legítimo, que se abre a perspectivas espirituais, entre as quais tem grande importância a atenção à problemática religiosa e moral. Os cristãos sabem que esta problemática, sob o impulso do Espírito, conduz o homem à plenitude do próprio supremo destino.

Para satisfazer a estas aspirações requer-se a colaboração responsável do próprio “receptor”, que deve assumir uma parte ativa no processo formativo da comunicação. Não se trata de criar grupos de pressão exacerbando ainda mais confrontos e tensões do tempo presente. Trata-se, antes, de impedir que, em vez de uma “mesa-redonda da sociedade” à qual todos têm acesso conforme a própria preparação e a importância dos assuntos dos quais são portadores, ajam grupos não-representativos, que poderiam fazer uso unilateral, interessado e restritivo dos meios em seu poder. É de se esperar, pelo contrário, que entre “comunicadores” e “receptores” se estabeleça um verdadeiro e autêntico relacionamento, ou diálogo (*Communio et progressio*, n. 81).

Isto significa que sois vós, caros leitores, espectadores, ouvintes, que deveis aprender a linguagem dos meios de comunicação social, mesmo que seja difícil, para estar em condições de poder dialogar eficazmente. Vós deveis saber escolher bem o jornal, o livro, o filme, o programa de rádio ou de televisão, conscientes que da vossa escolha — como de uma ficha de vida — vai depender o encorajamento e o apoio, inclusive econômico, como também a recusa por um determinado gênero ou tipo de comunicação (*Idem*, n. 82). É preciso, por outro

lado, ter presente o quanto é complexa a realidade das comunicações modernas, nas quais, pela sua natureza — e muitas vezes por uma instrumentalização intencional — o verdadeiro pode estar misturado com o falso, o bem com o mal. Não há, de fato, nenhuma verdade, nenhuma coisa sagrada, nenhum princípio moral, que não possa ser, direta ou indiretamente, ofendido ou contestado no amplo discurso destas comunicações. Vós deveis, portanto, dar prova de uma atenta capacidade de discernimento e de confronto com os autênticos valores ético-religiosos, valorizando e acolhendo os elementos positivos e excluindo os negativos.

Esta tríplice capacidade que o “receptor” deve hoje possuir para ser um cidadão maduro e responsável — isto é, a capacidade de compreender a linguagem dos *mass media*, de escolher oportunamente e de saber julgar — determina o diálogo com o “comunicador”. Este diálogo deve encontrar formas adaptadas, corretas e respeitadas mas também francas e decididas, para intervir, uma vez que as circunstâncias o requeiram.

Nós não ignoramos as dificuldades que, na situação concreta do mundo contemporâneo, cada “receptor”, a começar pelo cristão, encontra ao garantir as necessárias capacidades para o exercício dos seus direitos e dos seus deveres, em conformidade com as próprias aspirações. Mas, se é verdade que o futuro da família humana depende, em grande parte, do uso que ela souber fazer dos próprios meios de comunicação, é preciso reservar para a formação do “receptor” uma consideração prioritária, quer no âmbito do ministério pastoral quer, em geral, na obra educativa.

A primeira educação neste campo deve acontecer no seio das famílias: compreender, escolher e julgar os meios de comunicação social deve entrar no quadro global da formação para a vida. Aos pais cabe, por isso, a tarefa de ajudar os próprios filhos a fazer as escolhas, a amadurecer o juízo, a dialogar com os “comunicadores”.

Esta formação deve, depois, continuar na escola; o Concílio Ecumênico Vaticano II atribui um dever específico para as escolas católicas de todos os níveis (Vaticano II, *Inter mirifica*, n. 16) e para as associações de orientação cristã e de caráter educativo, acrescentando especialmente: “Nas escolas católicas, pois, de todos os níveis, nos seminários e outros grupos de leigos, difundam-se, quanto possível, os princípios cristãos a serem seguidos na escolha e recepção dos diversos programas” (Vaticano II, *Inter mirifica*, n. 16). Os professores não podem esquecer que sua atividade pedagógica se realiza num contexto no qual muitas transmissões e espetáculos, que dizem respeito à fé e aos princípios morais, chegam todos os dias aos seus alunos, que têm, portanto, necessidade de contínuas e claras explicações ou correções.

As comunidades crentes locais, por fim, devem ajudar os próprios componentes na escolha, na compreensão e no juízo. Nós fazemos um apelo à imprensa católica, aos outros meios à disposição das dioceses, das paróquias e das famílias religiosas, a fim de que dêem um espaço mais amplo à informação sobre os programas das comunicações sociais, recomendem e aconselhem, acrescentando as motivações oportunas, que permitam aos fiéis orientar-se em plena conformidade com a doutrina e a moral evangélica. Os cristãos e, particularmente, os jovens devem ter presente que se trata, em última análise, de uma responsabilidade pessoal, e que das escolhas feitas por eles dependerá a santidade de sua vida, a integridade da sua fé, a riqueza de sua cultura e, por acréscimo, a contribuição para o progresso geral da sociedade. A Igreja pode e deve informá-los e ajudá-los, mas não pode substituir as suas decisões pessoais e coerentes.

A tarefa, como se vê, é complexa e muito exigente. Somente a generosa colaboração de todos poderá fazer com que os meios de comunicação social não só abandonem atitudes e expressões, muito frequentes, eivadas de violência, de erotismo, de vulgaridade, de egoísmo e interesses injustificados, mas consigam oferecer uma formação ampla, cuidadosa e verdadeira e, no que diz respeito aos espetáculos, uma diversão sadia, cultural e espiritualmente, contribuindo assim de modo eficaz para a instauração de um humanismo completo, que a Igreja sumamente aprecia. (Paulo VI, *Populorum progressio*, n. 42; cf. também n. 14).

Enquanto encorajamos a dedicação de todos os que se empenham em enobrecer este serviço especial, invocamos sobre eles e sobre todos os que participarem da celebração do 12º Dia Mundial das Comunicações Sociais a abundância dos dons do Espírito Santo e lhes concedemos, de coração, a nossa bênção apostólica.

*Cidade do Vaticano, 23 de abril de 1978.*

**PAPA PAULO VI**